

Aconteceu

Congressos estaduais mobilizam a CUT

Januário F. da Silva/Sind. Met. de S.B. do Campo e Diadema



Realizado em Santos, o 6º Cecut São Paulo foi o maior e o mais representativo congresso na história da Central no estado e contou com a participação de 1.512

delegados do campo e da cidade. Além desse, a CUT já realizou este ano mais 25 congressos atingindo quase todos os estados do Brasil. (páginas 12 e 13)

**Suspensa judicialmente
privatização da Usiminas** (página 3)

**Sem Terra acampam em açudes
públicos na Paraíba** (página 6)

**Campanha pela
demarcação da terra
dos Yanomami: Veja
como colaborar.** (página 10)

Os parques nacionais estão virando toras e carvão (página 4)

Trinta menores mortos em julho nas ruas de São Paulo

Trinta menores foram mortos na cidade de São Paulo em julho. Alguns deles, apesar da idade, eram bandidos corpulentos e morreram em tiroteio com a polícia. Outros eram trabalhadores sem antecedentes policiais — vítimas de assassinatos que parecem apenas confirmar a banalização da morte nos bairros pobres da periferia paulistana: é o caso, entre muitos outros, de Paulo Alexandre da Silva, 15, morto a tiros após uma discussão sobre a qualidade dos pastéis de um bar no Brás, bairro popular da zona leste da cidade.

O jornal *O Estado de S. Paulo* rastreou os boletins policiais que relatavam mortes de menores de 18 anos em todo o mês. Em julho, as baixas

temperaturas fazem cair em 35% o número de homicídios na cidade em comparação a meses quentes como dezembro. A reportagem levou à constatação de que 30% das mortes foram produzidas pela polícia e 50% por matadores profissionais, autodenominados justiceiros e chamados pela população da periferia de "pés-de-pato". As restantes 20% devem ser atribuídas a disputas de quadrilha, vingança ou motivos tão desconhecidos quanto seus autores. A reportagem também concluiu que não há na cidade uma campanha de extermínio de adolescentes criminosos. As mortes podem ser creditadas à violência que trucidada, muitas vezes até por engano na identificação da vítima, pessoas de todas as

idades. Para cada menor morto, deve-se contar pelo menos três adultos assassinados.

Dos trinta menores mortos, 25 estavam na faixa etária entre os 16 e os 17 anos (o mais novo tinha 14) e 86% eram negros e pardos e provinham de famílias esfaceladas. Cinco dos mortos, por exemplo, não chegaram a conhecer o pai, enquanto outros cinco foram abandonados por ele ainda pequenos. Na maioria das vezes, os menores mortos integravam famílias numerosas, com até 14 filhos. 85% deles nasceram e morreram na periferia de São Paulo, a distâncias que variam de 30 a 50 quilômetros do centro da cidade. (Roldão Arruda/O Estado de S. Paulo, 4/8/91)

Governo quer trocar concessões de TVs por apoio político

O governo ampliou de 500 para 1.539 o número de canais de rádio e televisão que podem ser distribuídos em todo o país. As concessões de rádio e TV vem sendo tradicionalmente utilizadas como instrumento de barganha política. O ex-presidente João Figueiredo distribuiu 634 concessões para barrar a emenda das "diretas-já", enquanto o ex-presidente José Sarney conseguiu, em troca de 1.028 concessões, ampliar a base de apoio parlamentar favorável à extensão para cinco anos do mandato presidencial.

Até o momento, o presidente Fer-

nando Collor de Mello não liberou nenhuma concessão. Cerca de mil pedidos, grande parte de políticos, estão engavetados na Secretaria Nacional de Comunicações, órgão vinculado ao Ministério da Infra-estrutura. As concessões são aprovadas pessoalmente pelo presidente, mas dependem da ratificação do Congresso Nacional.

No início do governo, uma proposta moralizadora foi submetida a Collor. Sempre que houvesse mais de um candidato para uma mesma concessão, a decisão não caberia ao presidente e a escolha seria feita por sor-

teio. Collor descartou a proposta, sinalizando que, a exemplo dos antecessores, poderá usar as concessões como moeda política nas negociações com o Congresso. Em avaliações reservadas, o Planalto tem considerado que a atuação dos líderes do governo no Congresso e do ministro Jarbas Passarinho, não são suficientes para a obtenção de uma sólida base política. Agora, o presidente Collor pretende aproveitar o mês de agosto, quando o Congresso retoma os seus trabalhos, para iniciar a distribuição de concessões de rádio e televisão. (CEDi, 4/8/91)

Aconteceu

Publicação quinzenal do CEDi

CEDi Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Editor: Carlos Alberto Ricardo • **Jornalista Responsável:** Magali do Nascimento Cunha (MTb 011.233) • **Editores Assistentes:** Beatriz de Moraes Vieira (Trabalhadores Rurais), Elie Ghanem (Educação Popular), Fany Ricardo (Povos Indígenas), Giancarlo Summa (Internacional), Magali do Nascimento Cunha (Igrejas), Marita Regina de Carvalho (Trabalhadores Urbanos), Paulo Tomic (Economia), Tony Gross (Meio Ambiente) • **Secretaria de Redação:** Beatriz Araújo Martins (RJ) e Vera Feitosa (SP) • **Documentação e Pesquisa:** Ângela Galvão • **Diagramação:** Marta Cerqueira Leite Guerra • **Paginação:** Alfredo Coelho • **Fotolitos e Impressão:** Tribuna da Imprensa/RJ

Assinaturas e correspondências devem ser encaminhadas ao CEDi:

Rua Santo Amaro, 129
22211 - Rio de Janeiro - RJ

Fone: (021) 224-6713

Fax: (021) 242-8847 ou

Av. Higienópolis, 983
01238 - São Paulo - SP

Fone: (011) 825-5544

Fax: (011) 825-7861

Assinatura anual: Cr\$ 3.000,00

Assinatura semestral: Cr\$ 1.700,00

Assinatura exterior: US\$ 50

O CEDi faz intercâmbio com outras publicações e assinaturas em cortesia em casos especiais

Liminar impede privatização da Usiminas

Faltando 53 dias para a realização do primeiro leilão para a privatização da Usiminas (Usina Siderúrgica de Minas Gerais), o juiz da 8ª Vara de Justiça Federal, Antônio Francisco Pereira, concedeu, no último dia 2, liminar favorável à suspensão do processo de privatização.

O juiz argumentou que há indícios de lesão ao patrimônio público, com tratamento diferenciado das ações, quebrando o princípio da igualdade do capital entre os sócios. Segundo ele, baseando-se em estudos e documentos apresentados pelos dezessete

autores da ação cautelar preparatória de ação popular, o valor de venda da Usiminas, fixado em US\$ 1,54 bilhões, foi subdimensionado, não considerando o patrimônio da empresa.

Leilão suspenso — A liminar concedida refere-se à ação impetrada em julho pela regional mineira da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e mais seis deputados. Esse é o segundo despacho efetuado pelo titular da 8ª Vara. No primeiro foram analisados os documentos apresentados pelos autores da ação e pedido o parecer do Ministério Público Federal,

que opinou favoravelmente à medida.

Os autores têm agora 30 dias para entrar com a ação principal. Legitimada a ação, o mérito será julgado, determinando-se a sentença. Pereira não tem estimativa de quando isso poderá acontecer, mas observou que, com a liminar o leilão de 24 de setembro está suspenso. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), havia apresentado, no último dia 29, uma defesa antecipada, o que, segundo o juiz, não impossibilitou a concessão da liminar. (CEDI, 6/8/91)

No Congresso, a batalha pela propriedade industrial

Depois da votação da nova Lei da Informática, que pôs fim à reserva de mercado, o governo Collor prepara-se para mais uma batalha no Congresso: a aprovação do projeto que altera o Código de Propriedade Industrial, concedendo facilidades substanciais aos investidores internacionais.

O projeto responde principalmente às pressões norte-americanas, cujo governo havia imposto várias sanções comerciais ao Brasil desde o governo Sarney. A representante comercial da Casa Branca, Carla Hills, declarou repetidas vezes, ser a questão da propriedade intelectual de produtos e processos um dos principais objetivos da administração Bush. Não por acaso, o vice-presidente dos EUA, Dan Quayle, desembarca no Brasil

dia 7 acompanhado do secretário de Comércio e dos principais executivos de nove empresas americanas. Um dos principais pontos da agenda, conforme Quayle, será a questão das patentes.

Projeto polêmico — O projeto do governo, entre outros tópicos, permitirá o reconhecimento de patentes de processos e produtos farmacêuticos, produtos alimentícios e na área da biotecnologia, iniciando-se o pagamento dos royalties tão logo a lei entre em vigor.

A matéria já acumula 296 emendas e a previsão é de que as discussões sobre o tema consumam pelo menos quatro meses.

Sectores oposicionistas e entidades envolvidas com o assunto já identi-

caram brechas perigosas no projeto do governo, como por exemplo, considerar a importação de produtos como exploração efetiva da patente, o que prejudicaria a indústria nacional e abriria espaço para sonegação do conhecimento tecnológico.

Os oposicionistas defendem um prazo de carência para o reconhecimento de patentes, enquanto o projeto governamental admite até mesmo efeitos retroativos, colocando em risco centenas de pesquisas em curso em universidades, institutos de pesquisas e laboratórios de empresas. O México, por exemplo, com uma economia bem mais internacionalizada que a brasileira, adotou o reconhecimento de patentes para produtos farmacêuticos em 1987 mas só começará a pagar royalties em 1997. (CEDI, 6/8/91)

Liberação dos cruzados: golpe de marketing

A antecipação e liberação dos cruzados retidos nas contas até NCz\$ 200 mil parece ter se revelado um bom artifício para, num primeiro momento, melhorar a combatida imagem do governo.

Por trás do jogo de cena, entretanto, a medida revelou novamente, por um outro ângulo, os números das desigualdades econômicas brasileiras. A divulgação pelo Banco Central do "Perfil da Distribuição de Cruzados Novos" confirma que 92% do total das contas são de pessoas físicas, evidenciando o favorecimento às empre-

sas que puderam utilizar seus cruzados de inúmeras maneiras. Daquele total, cerca de 82% eram pequenos poupadores, com menos de NCz\$ 1 milhão, responsáveis por 22% do volume retido.

A enorme concentração de renda no Brasil fica evidente ao se verificar que as contas acima de NCz\$ 5 milhões, 1,33% do total, respondiam por 25% do volume retido.

Além das perdas com a desvalorização sofrida no período, os contribuintes acumularão outras. Ao criar uma conta especial, remunerando-a

em 8% mais a Taxa Referencial, o Banco Central assumiu os custos da operação, isentando os bancos dessa tarefa. Para isso o BC vai apresentar aos bancos um cardápio de aplicações com rendimentos iguais ou superiores à 8%, para que possam remunerar os clientes que preferirem manter os cruzados convertidos nos bancos.

Esta decisão vai custar, em agosto, Cr\$ 70 bilhões. Como quem mantém o BC é o Tesouro Nacional, que arrecada recursos através de impostos, quem pagará a conta será o contribuinte. (CEDI, 6/8/91)

Os parques, desprotegidos

Não há um guarda florestal sequer para vigiar os dez parques nacionais da Amazônia, segundo a presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), Tânia Munhoz. Ela considera aflitiva a situação das 350 unidades de conservação federais e estaduais no País: apenas 30% delas estão delimitadas e regularizadas. O restante só existe nos decretos que teoricamente as protegem. Uma das dificuldades é que oito milhões de hectares das unidades de conservação brasileiras são de particulares e terão que ser indenizados.

Para fiscalizar as 87 estações ecológicas, parques e reservas nacionais, uma área de 16 milhões de hectares que significa apenas 1,9% do território nacional, existem somente 264 agentes de defesa ambiental. Assim cada um deles tem sob sua responsabilidade 62.500 hectares. Se contasse com viatura e outros equipamentos, cada guarda poderia manter vigilância, no máximo, sobre sete mil hectares, razão pela qual o Ibama

deveria possuir no mínimo 2.488 agentes.

Se a Secretaria da Administração atender ao pedido de Tânia Munhoz, o Ibama poderá receber 1.700 funcionários públicos que se encontram em disponibilidade e resolver parte do problema. O Ibama também pretende fazer um concurso público em setembro para empregar mais 1.200 funcionários.

Serviço militar alternativo —

Ao mesmo tempo um projeto de lei do deputado federal Fábio Feldman (PSDB-SP) prevê que jovens poderão prestar serviço militar em instituições ligadas ao meio ambiente, estabelecimentos hospitalares, de ensino público, em entidades comunitárias, assistenciais ou beneficentes. A prioridade, segundo o deputado, se daria primeiramente à proteção e fiscalização das unidades de conservação. O projeto vem regulamentar o artigo 143 da Constituição, que prevê o serviço alternativo aos que alegarem motivos de convicção religiosa, filosófica ou

política para não prestarem o serviço militar convencional.

Carvão e toras — Se o orçamento para manutenção das unidades de conservação continuar sendo de apenas Cr\$ 300 milhões, não haverá possibilidade de regularizá-las. Apenas oito parques nacionais pertencem realmente à União; os demais, como o Parque Nacional da Bocaina, estão sendo aos poucos convertidos em carvão e toras de madeira de lei. Isso vale para as 350 unidades de conservação do País que, juntas, perfazem quase 5% do território nacional. O ideal, segundo a FAO/ONU, seria que países tropicais conservassem no mínimo 20% de sua área para evitar desequilíbrios. O Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras apresentado ao G-7 visa obter os recursos necessários para a regularização e fiscalização das unidades de conservação na Amazônia. (Randau Marques/Jornal da Tarde/SP, 4/6/91; Jornal do Brasil, 15/7/91; Correio Braziliense, 2/8/91; CEDI, 5/8/91)

Governo quer antecipar o repasse dos recursos do G-7

Representantes do Banco Mundial, da Comunidade Européia e do Grupo dos Sete (G-7) vão discutir com o governo brasileiro em 12 e 13 de setembro o desembolso dos US\$50 milhões aprovados na cúpula de Londres para o Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais. A reunião será em Washington (EUA).

O governo vai tentar antecipar o encontro para agosto a fim de garantir a liberação do dinheiro ainda em 91. A Secretaria do Meio Ambiente avalia que, se a data for mantida, os recursos só estarão disponíveis em 92.

Nesta reunião, deverão ser definidos quais projetos ambientais receberão estes investimentos. De acordo com o programa, as unidades de conservação e as reservas indígenas serão

as primeiras áreas beneficiadas.

Reunidas em Brasília nos dias 25 e 26 de julho, as entidades não-governamentais que formaram o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) e apoiaram a forma de encaminhamento do programa piloto resolveram suspender as negociações com a Semam até que o dinheiro para projetos já aprovados pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente seja liberado. O GTA também exige um aumento do preço da borracha nativa como pré-requisito para a retomada das discussões e reivindica uma reforma do Ibama, alterações nos procedimentos administrativos de demarcação de terras indígenas e um processo mais amplo de discussão do Programa Piloto entre o governo e a sociedade. (CEDI, 5/8/91; Folha de S. Paulo, 30/7/91)

Banco Mundial anuncia nova política ambientalista

O Banco Mundial (Bird) anunciou a implantação de uma nova política de proteção florestal destinada a desacelerar o desaparecimento de florestas tropicais e corrigir "erros do passado". Como parte da nova política, o Banco informou que não financiará, "sob nenhuma circunstância", projetos que envolvam exploração comercial da madeira nas florestas úmidas. A política será aplicada também aos bosques de regiões temperadas. Os especialistas calculam que o ritmo de desmatamento mundial é de 17 a 20 milhões de hectares ao ano, concentrado principalmente na perda de áreas tropicais. A nova política representa um triunfo para organizações "verdes" internacionais que vêm criticando projetos do Bird que dizem reservas ecológicas no planeta. (Correio Braziliense, 23/7/91)

ECO-92

Partidos começam projetos

Preocupados em não deixar o presidente Collor e o governador Brizola "brilharem" sozinhos na ECO-92 — a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente —, os partidos políticos já iniciaram uma rigorosa fase de preparação para o evento.

Com sede no Rio, domínio de Brizola, a ECO-92 vai antecipar para junho a disputa que os partidos terão em outubro — a das eleições municipais. "Não podemos deixar o Collor fazer o seu marketing sozinho", diz o presidente do PMDB, Orestes Quércia.

O ex-governador paulista vai cobrar uma participação "decente" do seu partido. Escalou a deputada Rita Camata (PMDB-ES) para comandar uma comissão especial encarregada de cuidar do assunto. "A ECO-92 é tão importante quanto a eleição para nós", diz a deputada. O PMDB vai patrocinar a etapa brasileira de uma pesquisa internacional que será feita pelo Instituto Gallup sobre os problemas ecológicos de todo o mundo.

A Conferência já rendeu, em verbas federais a garantia de pelo menos US\$100 milhões para o governo Brizola tocar obras consideradas essenciais para que a cidade do Rio receba melhor os 40 mil visitantes previstos para a ECO.

O PT, PSDB, PCB e o pioneiro no ramo, o Partido Verde (PV), também se articulam para a disputa do espaço ecológico. Uma das preocupações do PSDB é a montagem de um projeto sobre o futuro da Amazônia como fonte da farmacologia internacional. O "direito intelectual" sobre as descobertas nessa área terá atenção especial do PSDB. (Xico Sá/Folha de S. Paulo, 28/7/91)

Relatório Nacional não agrada ao Fórum de ONGs

Serão excluídos do Relatório Nacional para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento todos os trechos do primeiro documento que apresentem propostas de solução para os problemas ambientais. Segundo o ministro Luís Felipe Macedo Soares, secretário executivo da CIMA (comissão interministerial encarregada dos preparativos da conferência), "este é um documento solicitado pela ONU para informar os países que participarão da conferência. É uma radiografia de um momento, até porque a situação ambiental sofre permanentes mutações. Não cabe, num relatório deste tipo, oferecer propostas ou mencionar opções de política interna para solucionar os problemas".

Audiências públicas — Após analisar os *Subsídios Técnicos* distribuídos pelo governo, a coordenação do Fórum de ONGs Brasileiras concluiu que "o documento apresenta um diagnóstico de um modelo de desenvolvimento que é incapaz de articular a questão ambiental com a social. O documento ignora o fato de que os vinte anos em que foi dada prioridade à tese de crescimento a qualquer preço deixou suficientemente claro que este tipo de modelo econômico distribui riqueza para poucos, miséria para muitos e degradação ambiental para todos".

Embora várias entidades da coor-

denação do Fórum tenham sugerido um boicote ou 'protestos silenciosos' nas audiências públicas no dia 09 de agosto, o Fórum recomendou a participação nas audiências "por terem sido elas uma difícil conquista" e reconhece que "apesar das falhas, o documento representa uma contribuição ao amplo debate que a sociedade civil brasileira já inicia".

Resta saber se os participantes nas audiências públicas verão suas contribuições incorporadas no relatório final a ser apresentado à ONU. A equipe de redação do relatório trabalhava na versão final na segunda quinzena de julho, levando ambientalistas a reclamar que o governo aplicava um 'golpe de marketing', convocando as audiências depois de o documento já estar concluído. O secretário adjunto do Meio Ambiente, Eduardo Martins, reagiu à acusação, afirmando que o grupo de redação estava trabalhando para assimilar as sugestões não só de organizações não-governamentais mas também de órgãos de governo. Garantiu que haverá tempo para incluir as propostas apresentadas no dia 9. "Estamos só ganhando tempo, mas não vamos desprezar as sugestões da audiência pública que consideramos pertinentes", assegurou.

Enquanto isso, o titular da pasta, José Lutzenberger, considera os *Subsídios Técnicos* "um documento ilegível". (CEDI, 5/8/91)

Principais pontos das propostas dos partidos

PMDB — Vai patrocinar a etapa brasileira de uma pesquisa internacional sobre problemas ecológicos de todo o mundo.

PT — Vai colher dos "conselhos populares" do partido sugestões e temas para montar a "ECO" petista.

PSDB — Tenta emplacar em agosto no Congresso a proposta de formação de uma comissão mista para estudar temas que serão levados à ECO-92.

PCB — Vai explorar o seu projeto "Eco-Baixada" na tentativa de

chamar a atenção dos conferencistas sobre os problemas típicos do "quarto mundo".

PV — Pretende reunir no Rio, no início do próximo ano, representantes dos "verdes" de todo o mundo para ensaiar discussões para a ECO-92.

Trabalhadores Rurais presos pela PF em Marabá

REFORMA AGRÁRIA

No dia 17 de junho deste ano, a Polícia Federal (PF) prendeu, em Marabá/PA, sete pessoas ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sob a acusação de organização e patrocínio de ocupações de terra no Sul do estado.

Após as prisões, o MST, entidades e juristas se pronunciaram contra irregularidades praticadas pela PF já que não teria se configurado um flagrante para justificar as prisões, pois: não haviam armas, e sim panfletos, entre os acusados; o mandato de prisão deveria ter sido expedido pela Justiça Federal, e não pela de Marabá; o direito de reunião é assegurado pelo 5º artigo da Constituição Fe-

deral. Por outro lado, segundo dossiê elaborado pelo MST com notícias da imprensa, a PF admitiu o "grampeamento" de telefones dos acusados, delito este passível juridicamente de prisão dos "escutadores".

Apesar dessas denúncias, a juíza de Marabá, Dra. Ezilda das Chagas Pestanas, negou o pedido de libertação dos sete acusados no último dia 17. (CEDI, 31/7/91)

Pendências legais (e políticas)

REFORMA AGRÁRIA

Já está no Congresso Nacional o projeto de lei elaborado pelo ministro da Agricultura, Antonio Cabrera, regulamentando o artigo 185 da Constituição Federal, que dispõe sobre a impossibilidade de desapropriação de pequenas e médias propriedades para fins de reforma agrária. Segundo o projeto, pequenas propriedades são aquelas cuja exploração não ultrapassa quatro módulos rurais, e médias quando não ultrapassa 15 módulos. Com esta regulamentação, o ministro espe-

ra acelerar o processo de reforma agrária do governo Collor, que até o momento assentou 15 mil famílias das 500 mil projetadas para o período 1990-1994.

Há, contudo, à nível da legislação, alguns outros aspectos pendentes. Ainda não foi regulamentado o parágrafo 3º do artigo 184, também da Constituição Federal, que determina o estabelecimento de um dispositivo legal especial para os processos judiciais de desapropriação. A ausência deste dispositivo tem aberto espaço para o protelamento dos processos por parte dos proprietários atingidos por atos desapropriatórios.

O ministro Cabrera também espera

aprovar o novo Imposto Territorial Rural (ITR). A intenção é utilizar alíquotas elevadas, dez vezes maiores que as pagas atualmente pelos proprietários de latifúndios improdutivos, no financiamento de 45% das despesas do governo com os processos de assentamento. Para tal, o ministro precisará contar com o apoio da bancada ruralista, atualmente conhecida como "o lobby mais eficiente do Congresso Nacional". Em janeiro esta bancada já derrubou medida provisória com reformas no setor agrícola, e agora, contrariando os planos iniciais do ministro, parece estar disposta a dificultar ao máximo a revisão do critério de cobrança do ITR. (CEDI, 5/8/91)

Trabalhadores acampam em açudes públicos na Paraíba

Trabalhadores rurais sem terra da Paraíba estão acampados, desde início de julho, nos açudes públicos de Riacho dos Cavalos, Carneiro (ambos no município de Jericó) e Pilões (município de Triunfo). Com o apoio de sindicatos de trabalhadores rurais da região, do Departamento Rural da CUT/PB, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Centro de Educação Popular e Formação Sindical (CEPFS), os trabalhadores reivindicam ao governo do estado a regularização de sua situação e a adoção de medidas efetivas para solucionar os problemas relacionadas à "seca".

Segundo documento do Encontro de Lideranças Sindicais, realizado em Jericó de 19 a 21 de julho, as medidas comumente adotadas pelos governantes — programas emergenciais, distribuição de feiras, construção de açudes — não têm correspondido às reais necessidades dos trabalhadores. No caso da construção dos açudes, em geral realizada nas grandes propriedades, os proprietários continuam com o monopólio da terra apesar do governo indenizar toda a área. Por conta disso vários conflitos de terra têm surgido, principalmente no Sertão paraibano. (CEDI, 5/8/91)

Lançamento CEDI-Vídeo Califórnia à brasileira

A partir do resgate da história de luta dos canavieiros da região de Ribeirão Preto (SP) e de suas condições de vida e trabalho, o CEDI produziu e acaba de editar o vídeo "CALIFÓRNIA À BRASILEIRA" (25') com o objetivo de fornecer elementos para um aprofundamento das discussões e reflexões sobre a questão. Os interessados devem procurar ou escrever para o Setor de Distribuição do CEDI, em São Paulo ou no Rio.

Comunidades negras do PA pressionam Alcoa

O Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará (Cedenpa) e a Associação dos Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná obtiveram, junto à Secretaria de Estado de Saúde Pública/Departamento de Meio Ambiente (Sespa), uma audiência pública para examinar o projeto Mina de Bauxita da Amazônia, pretendido pela Alcoa Mineração S/A (da Aluminium Company of America-EUA). A audiência está marcada para o dia 12 de agosto, na cidade de Oriximiná (PA).

Pela primeira vez no estado uma

empresa será questionada publicamente por seus projetos e propósitos, os quais afetam as condições de vida e trabalho de comunidades ao longo do rio Trombetas.

Em agosto de 1990, a Sespa concedeu licença ambiental prévia para o projeto da Alcoa, não obedecendo portanto aos dispositivos legais. O prazo dessa licença expira neste mês de agosto. Em maio passado, no entanto, a Sespa emitiu parecer técnico onde aponta uma série de impactos ambientais e sociais do empreendimento.

Reivindicações — A Associação dos Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná reivindica que nenhum projeto seja instalado em sua região antes que suas terras de uso comum estejam devidamente regularizadas, como determina a Constituição Federal (Art. 68 D.I). Exigem também a paralisação imediata de qualquer estudo ou atividades visando a instalação do Projeto Mina de Bauxita da Amazônia, a não renovação da licença prévia ambiental, e a não concessão de licença de instalação. (CEDI, 5/8/91)

A Previdência para o trabalhador rural

Desde 1988, a Constituição estabelece que nenhum aposentado ou pensionista da Previdência Social pode receber menos de um salário mínimo por mês. Este piso, no entanto, só entra em vigor agora. Ele deve ser cumprido com a Lei nº 8.123 sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social. A norma, sancionada no dia 24 de julho pelo presidente Fernando Collor, beneficia aposentados e pensionistas a partir de setembro.

Na prática, isso significa que 7 milhões de trabalhadores rurais passarão a receber um salário mínimo integral, em vez de meio salário. O pagamento do piso de um mínimo será retroativo a 5 de abril, de forma que os aposentados que recebem hoje menos de Cr\$ 17 mil, receberão os atrasados acumulados desde essa data. Este pagamento será feito em 24 parcelas, reajustadas através do mesmo critério das aposentadorias (INPC/IBGE).

O Plano de Benefícios estabelece também que os trabalhadores rurais

☐ *O assalariado rural — isto é, aquele que tem carteira de trabalho assinada — tem o direito de ser segurado empregado, recebendo benefícios de acordo com sua contribuição. Para obter a aposentadoria por idade ou tempo de serviço em valores superiores a um salário mínimo, é necessário comprovar de cinco a quinze anos de contribuição.*

Para os agricultores em regime de economia familiar, os membros da família — incluindo mulheres e jovens maiores de catorze anos — devem contribuir como autônomos se quiserem receber valores superiores a um salá-

rio mínimo como aposentadoria, auxílio doença ou pensão por morte.

Assalariados rurais temporários — bóias-frias, diaristas e safristas — que não têm contrato individual de trabalho com contribuição automática à Previdência, são considerados autônomos. Eles devem contribuir, por conta própria, com pelo menos 10% de um salário mínimo por mês, se quiserem obter benefícios. Contudo, eles não têm direito a receber salário-maternidade, salário-família e benefícios por acidente de trabalho. (Gazeta Mercantil, 26/7/91)

devem ser obrigatoriamente segurados e que o limite de idade para sua aposentadoria é de 60 anos para ho-

mens e 55 para mulheres. (Gazeta Mercantil, 26/7/91; Jornal do Brasil, 25 e 31/7/91)

Canavieiros realizam greve vitoriosa em Tijucas

Os cortadores de cana da empresa Portobello, no Vale do Rio Tijucas (SC), fizeram greve durante nove dias e meio no mês de julho, inconformados com o baixo piso salarial oferecido pela empresa e pela forma como estava sendo feita a pe-

sagem e metragem da cana cortada. Os cortadores estavam sendo prejudicados em até 3kg por metro quadrado.

Através do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Tijucas os canavieiros conseguiram negociar com a em-

presa, obtendo em média 150% de aumento (de Cr\$5 mil para Cr\$14 mil semanais) e o não desconto dos dias de greve. Os trabalhadores conseguiram também que a balança e a escala fossem colocadas em sua frente. (CEDI, 2/8/91)

A caminho do 8º Intereclesial de CEBs

Com o objetivo de preparar o 8º Encontro Nacional de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica, foi realizada a terceira reunião da Comissão Ampliada Nacional de CEBs (Santa Maria/RS — 27 a 30 de julho). Integram a comissão padres, leigos(as), religiosas, bispos, representantes de igrejas evangélicas e de comunidades indígenas.

O 8º Intereclesial de CEBs acontecerá em 1992, na cidade de Santa Maria, com o lema *O povo de Deus renascendo das culturas oprimidas* que relembra os 500 anos da chegada do Evangelho à América Latina.

A Comissão Ampliada definiu que a temática básica sobre o índio, o negro, a mulher, o trabalhador, os migrantes será abordada sob três pers-

pectivas: *A realidade das culturas oprimidas; Encontros e desencontros do Evangelho com as culturas; Os caminhos trilhados e compromissos assumidos*. Todas estas questões estarão sendo tratadas sob a ótica da evangelização.

A comissão também tratou de questões referentes à dinâmica do encontro, liturgia, encontro dos convidados latino-americanos, participação ecumênica, texto-base e cartilha.

Numa carta às comunidades elaborada ao final da reunião, a comissão indica, que, com alegria, pode "perceber vários sinais que demonstram o avanço da caminhada das CEBs. Um dos elementos de destaque foi a incorporação do tema do 8º Encontro no cotidiano das comunidades".

A carta revela que "a dimensão ecumênica está presente em todos os aspectos da caminhada. A presença dos evangélicos nos regionais começa a crescer e muitas barreiras estão sendo derrubadas. Busca-se ampliar o diálogo com as religiões indígenas e afro-brasileiras".

Segundo a Comissão Ampliada "a caminhada das CEBs ganha espaço, afirma sua proposta eclesiológica com o reconhecimento da sua identidade de ser Igreja. (...) As comunidades animadas pelo Espírito, ainda têm um longo caminho a percorrer. Entretanto, os passos dados já demonstraram que queremos caminhar, cobrir distâncias, abrir horizontes. Não há como retroceder". (CEDI, 1/8/91)

CEBs de SP e MT realizam encontros estaduais

O 9º Encontro das CEBs de São Paulo reuniu cerca de 1.500 participantes das sete mil comunidades do estado (São Paulo/SP — 27 e 28 de julho), sob o lema *CEBs: rosto humano para a cidade*.

O encontro refletiu a dificuldade de organização de comunidades nos centros de cidades grandes. A principal atividade foi a visita a "áreas de estudo" — favelas, cortiços, prédios — onde as CEBs estão organizadas. Com essa temática as CEBs paulistas dirigem sua atuação para os centros urbanos e a questão da moradia. No ano passado, a prioridade foi para a organização dos trabalhadores rurais. "Queremos olhar os grandes centros a partir da experiência ganha no campo", disse o assessor da arquidiocese de São Paulo, monsenhor Beltrami.

O evento também foi preparatório para 8º Intereclesial de CEBs e foi encerrado com uma caminhada pelo centro da cidade até a catedral da Sé, onde foi realizada uma celebração.

No Mato Grosso reuniram-se 276

Atendendo a convites, o CEDI, através do Programa de Assessoria à Pastoral, tem acompanhado alguns encontros Regionais de CEBs desde o ano passado. O CEDI esteve presente em Timóteo-MG (Leste II), Venâncio Flores-RS (Sul III), Feira de Santana-BA (Nordeste III), Caçador-SC (Sul IV) e Cáceres-MT (Oeste II).

As CEBs, refletindo sobre as culturas oprimidas, têm pedido perdão por seus preconceitos e o massacre histórico aos índios e

negros nesses 500 anos de presença da Igreja na América Latina. Mas também têm assumido a diversidade dos "brasis", nossa "carnavalidade" e malandragem.

O CEDI tem testemunhado a caminhada da prática ecumênica que acontece entre as CEBs. A presença dos evangélicos nos encontros regionais é uma realidade crescente que tem encantado a todos, inclusive aos bispos que têm assumido uma atitude sacerdotal e profética de acolhimento e partilha. (CEDI, 2/8/91)

integrantes das CEBs de todo o estado (sete dioceses) e dois bispos (de Cáceres — local do encontro e de Rondonópolis). O Encontro teve por objetivo a preparação do Regional para o 8º Intereclesial e a troca de experiências entre as diversas comunidades. Para isso trabalhou-se o tema *"Das culturas oprimidas renasce uma esperança no coração da América Latina"*.

Este encontro foi marcado pela presença do pastor metodista Claudio Ribeiro, integrante da Comissão Ampliada Nacional de CEBs. Em julho de 1992 haverá o encontro dos delegados ao 8º Intereclesial (100 pessoas), entre os quais, segundo decisão da Comissão Nacional, deverá haver, pelo menos, cinco evangélicos. ((Folha de S. Paulo, 27/7/91; Jornal do Brasil, 29/7/91; CEDI, 2/8/91))

Presbiterianos: o amor à justiça na sociedade civil

A 7ª Assembléia da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil (IPU) esteve reunida (23 a 28 de julho) em Vargem Grande Paulista (SP) e teve como tema: *Buscando a vontade de Deus no final do século*. Presentes 93% das igrejas-membros (cerca de 200 representantes ordenados leigos).

Nos últimos anos a assembléia bienal tenta construir os seus "Princípios de Fé e Ordem" visto ser uma igreja de 13 anos incompletos (setembro) e constituir-se singular no Brasil (ordena mulheres diaconisas, presbíteras, pastoras) e se relaciona amplamente com o mundo ecumênico nos planos mundial, continental e nacional.

Pontos altos da assembléia foram: a) as presenças de Elias Abraão (pas-

tor e secretário de Cultura do Paraná) pela renovação da prática pastoral; de Milton Schwantes (pastor, biblista e professor universitário) com um estudo de releitura da Bíblia a partir da idéia de sacrifício junto ao povo; de Júlio de Santa Ana (também professor universitário, teólogo e leigo) sobre a missão de Deus e da Igreja. Os três, cada um por mais de duas horas, conseguiram fazer representantes e visitantes "re-fletir" sobre como suscitar, na sociedade civil, o amor à justiça (destaque da preleção do último);

b) e a aprovação dos documentos: proclamação contra a pena de morte; e participação nas celebrações dos "500 anos", ao mesmo tempo denún-

cia do colonialismo e um canto às minorias oprimidas e rebeldes.

Houve avanços nesse campo e no espírito ecumênico, marca fundante dos presbiterianos unidos. E outros como: estender a representação aos jovens de dezesseis anos; novas comunidades integradas; novos espaços geográficos; negação dos resquícios moralistas e pietistas.

O novo Conselho Coordenador (nove nunca reelegíveis) é: Gérson Méier (moderador), Maria Luíza Rückert (vice), esta a primeira pastora da Igreja. E mais outros sete: dois secretários, um tesoureiro e quatro vogais. Jaime Wright foi reeleito secretário-geral por mais quatro anos. (CEDI, 1/8/91)

Movimento Evangélico Progressista realiza fórum nacional

O I Fórum Nacional de Discussão e Entendimento entre Evangélicos e Partidos Progressistas foi realizado nos dias 2 e 3 de agosto, na cidade de Campinas/SP. O evento foi promovido pelo Movimento Evangélico Progressista (MEP), que através do fórum quer "ver estimulada a discussão de temas que são comuns ao compromisso cristão e à agenda dos partidos progressistas. É um momento para entendimento e propostas que cooperem com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária".

O fórum trabalhou os seguintes

temas: *A relação entre a fé e a política* (Caio Fábio D'Araújo Filho — pastor, Vinde); *O Mundo Evangélico Brasileiro: De dentro e de fora* (Lysâneas Maciel — ex-deputado federal, reformado; Wasny Nakle de Roure — deputado estadual/PT-Distrito Federal, batista; Paul Freston — pesquisador, presbiteriano); *Lições de História: evangélicos e esquerda* — *Pluralidade e Liberdade* (deputado José Genufno/PT); *Auto-crítica da Esquerda: Poder e Liberdade Religiosa* (deputado Roberto Freire/PCB); *Auto-crítica da inserção dos evangélicos na América Latina*

(Robinson Cavalcanti — pastor, episcopal).

Segundo o MEP "as transformações geopolíticas mundiais exigem das forças progressistas um aprofundamento de suas posições. Velhos dogmas estão sendo repensados; novas posições começam a surgir".

Os organizadores do fórum acreditam que está despertando "uma posição avançada dentro das fileiras evangélicas, que, à luz do desafio que impõe o tema do Reino de Deus, clama por justiça social e acredita na potencialidade do povo organizado". (CEDI, 1/8/91)

'Lendo a Bíblia na perspectiva do povo'

Promover um intercâmbio de experiências entre os continentes que buscam ou se interessam pela leitura bíblica a partir de uma perspectiva popular. Este foi o objetivo da Consulta "Lendo a Bíblia na perspectiva do povo" promovida pela Comissão para Participação das Igrejas no Desenvolvimento (CCPD) do Conselho Mundial de Igrejas (São Paulo, 29/7 a 3/8/91).

Participaram da consulta 18 biblistas de 12 países dos continentes latino-americano, africano e asiático (ex-

periências enfatizadas) e seis vindos da Europa, América do Norte e União Soviética. Dentre os biblistas latino-americanos, marcaram presença Severino Croato (ISEDET, Argentina), Carlos Dreher (luterano, Brasil), Jorge Pixley (batista, Nicarágua), Milton Schwantes (luterano; CEDI, Brasil), Joaquim Beato (presbiteriano, Brasil), Rinaldo Hernandez (metodista, Cuba), Dagoberto Ramirez (Centro Ecumênico Diego de Medellín, Chile), Tania Maria Sampaio (metodista, Brasil) e Paulo

Roberto Garcia (metodista, CEDI, Brasil).

Os participantes estudaram textos bíblicos dos livros de Joel e Atos sob diversos eixos interpretativos e ouviram experiências de leitura popular da Bíblia de cada região presente. Ao final foi elaborado um documento que apresenta propostas de troca de experiências, materiais e assessores nos diversos cursos de formação bem como o fortalecimento de articulações regionais e bilaterais. (CEDI, 5/8/91)

Terra Yanomami: Você pode colaborar

A sorte do território Yanomami está agora nas mãos do ministro da Justiça, Jarbas Passarinho e do presidente Collor.

A Funai já fez a sua parte. No dia 25 de julho passado o Diário Oficial da União publicou despacho do presidente do órgão indigenista, Sidney Possuelo, reconhecendo aos Yanomami uma área contínua de 9.419.108 hectares nos estados de Roraima e Amazonas. Ao invés das 19 ilhas descontínuas decretadas pelo presidente José Sarney em 1988, o presidente da Funai repõe para a decisão do governo Collor a área

adequada para os quase 10 mil Yanomami. Várias organizações de apoio aos direitos indígenas no Brasil como a Comissão pela Criação do Parque Yanomami (CCPY), CEDI e Núcleo de Direitos Indígenas (NDI), entre outras, telegrafaram ao presidente Collor apoiando enfaticamente o encaminhamento feito pela Funai, e solicitando sua aprovação.

Prezado leitor: você também pode participar enviando ao presidente Collor mensagens de apoio à decisão da Funai e solicitando que o governo federal conclua o

processo tomando as decisões que lhe cabem.

Exmo. Sr.

**Presidente da República
Fernando Collor de Mello
Palácio do Planalto
70150 — Brasília — DF
Fax — (061) 223.8689
(061) 223-0664
Telex — 611451**

**Enviar cópia para a Comissão
Pela Criação do Parque Yanomami — CCPY. Rua Manoel da Nobrega, 111 cj. 32 — 04001 São Paulo — SP. Fax: (011) 284-6997
Telefone: (011) 289-1200**

DNPM autoriza ilegalmente mineradora na terra Yanomami e volta atrás

O Diário Oficial da União no dia 26 de julho publicou 18 alvarás de pesquisa (180 mil ha) assinados pelo diretor do Departamento Nacional de Mineração — DNPM, Elmer Prata Salomão, em favor da Mineração Guararema, dentro da terra dos Yanomami, na região entre Demini e Ajuicaba (AM).

A Funai ameaçou processar o DNPM (FSP, 01/8/91). No dia 2 de agosto, o CEDI confirmou cartograficamente a incidência dos alvarás na área indígena atendendo solicitação do NDI que se comunicou com o diretor do DNPM. Elmer Prata disse

que desconhecia a incidência e que seus auxiliares teriam justificado que os alvarás foram assinados no dia 16 de julho, antes da aprovação da terra Yanomami pela Funai publicada no DOU dia 25 do mesmo mês. Essa desculpa, no entanto, não procede, uma vez que a área Yanomami está judicialmente interditada pela Justiça Federal desde outubro de 89 e pelo ministro da Justiça Jarbas Passarinho desde 19 de abril deste ano.

O Diário Oficial do dia 5 de agosto publicou despacho de Elmer Prata anulando os 18 alvarás em questão. (CEDI, 5/8/91)

• Branca de Neve — *A propósito, vale lembrar que dos 560 alvarás de pesquisa mineral concedidos pelo DNPM e incidentes em terras indígenas da Amazônia, conforme dados da pesquisa CEDI/Conage de 1987, apenas oito foram cancelados oficialmente, juntamente com milhares de outros considerados inativos, em lista publicada no DOU de 21/12/90, atendendo ao artigo 43 das Disposições Transitórias da Constituição. Os demais continuam em estado "branca de neve", aguardando o beijo da regulamentação do artigo 231, parágrafo 3º da Constituição. (CEDI)*

Funai e PF continuam a retirada dos garimpeiros

O coordenador da Operação Selva Livre, Dinarte Madeiro, da Funai, disse no dia 2 de agosto à *Folha de Boa Vista* que houve a liberação da verba inicial de 498 milhões de cruzeiros para custear as despesas até setembro. Posteriormente será preciso mais dinheiro. Já saíram oficialmente da terra Yanomami 528 garimpeiros, do total estimado de 3 mil. Mas segundo Dinarte, esse número pode dobrar, uma vez que há várias saídas da área sem controle.

A estratégia da retirada dos garimpeiros nessa fase da operação, ao con-

trário das explosões das pistas dentro da área indígena como em outras ocasiões, é o fechamento das pistas clandestinas ao redor da área Yanomami, impedindo o abastecimento e a entrada de mais garimpeiros. A Funai controlará a área com esse esquema, permitindo, sob vigilância da PF, que pequenos aviões privados, façam a retirada dos garimpeiros.

Sobre a notícia de que na pista do Jeremias, na região do Surucucus, havia garimpeiros e índios passando fome, Dinarte explicou que o impasse

criado entre donos de aviões e autoridades já foi resolvido e que os garimpeiros, pagando suas passagens, estão deixando a pista.

A Funai dispõe no momento para a operação de apenas um helicóptero Esquilo de dois lugares, e espera que até o dia 15 de agosto cheguem mais quatro helicópteros e policiais para a segunda fase da operação, em regiões de difícil acesso. Atualmente só participa da retirada um número reduzido de pessoal da PF e Funai. (CCPY; CEDI, 3/8/91)

Fazendeiro consegue parar Funai na Justiça no caso Canaunanim

Se no ano de 1990 os povos indígenas da região de campos e serras do estado de Roraima, em particular os Wapixana, haviam dado um passo importante no que diz respeito ao reconhecimento legal de seus direitos territoriais, recebem agora uma contra-ofensiva por parte do posseiro Álvaro Calegari, amparado pelo Tribunal de Justiça de Roraima e até mesmo pelo Superior Tribunal de Justiça através de seu vice-presidente, ministro Torreão Braz.

Ocorre que em março de 1990 os Wapixana da Área Indígena Canaunanim conseguiram, apoiados pelo Núcleo de Direitos Indígenas, anular, através da Procuradoria Geral da República, um acordo celebrado entre a comunidade, o posseiro Álvaro Calegari e o funcionário da Funai Célio Horst. Neste acordo, sob a alegação de que o avanço da posse de Calega-

ri sobre as terras da aldeia Canaunanim era um fato irreversível, Célio Horst conseguiu que os índios aceitassem uma proposta de demarcação de sua área que reduzia pela metade a extensão de 6.324 hectares estabelecida na delimitação da AI Canaunanim (Port. 1226/E de 21/05/82).

Com a anulação deste acordo, a 6ª Vara da Justiça Federal, acionada pela Procuradoria Geral da República, deferiu liminar em 2/7/90, mandando desobstruir a Área Indígena em um prazo de 10 dias. À retirada dos posseiros da Área se seguiria uma revisão do processo de demarcação das várias pequenas ilhas de terra destinadas aos Wapixana na região conhecida em Roraima como Serra da Lua.

Em decorrência destes fatos, o posseiro Álvaro Calegari impetrou um mandato de segurança no Tribu-

nal de Justiça de Roraima, requerendo a paralisação da demarcação da Área Indígena Canaunanim, no que obteve sucesso. (*A Gazeta de Roraima*, 13/6/91). A Funai, por sua vez, recorreu ao Supremo Tribunal de Justiça (STJ) para caçar a liminar concedida pelo Tribunal de Roraima, objetivando a continuidade dos trabalhos de demarcação.

No entanto, no dia 13 de junho de 1991, o ministro Torreão Braz, vice-presidente do STJ, assinaria um despacho onde emite parecer desfavorável à suspensão do mandato de segurança do juiz de Roraima requerida pela Funai. (*Diário Oficial* 20/6/91). Assim se, no ano passado, a Justiça Federal garantia a retirada dos posseiros da AI Canaunanim, agora, dando meia volta, impede a conclusão da demarcação da área. (*CEDI*, 2/8/91)

Mais dois índios Kaiowá se suicidaram no MS

Os suicídios em cadeia entre os Guarani Kaiowá, que vivem no Mato Grosso do Sul, fez mais duas vítimas no mês de julho passado. Maurício Ajala, de 26 anos, foi encontrado enforcado em uma árvore, no dia 29, na Área Indígena Jaguapiré. No dia 17, Alceu Lopes, de 34 anos, foi encontrado morto nas mesmas circunstâncias, na Reserva Indígena de Dourados. Apenas neste ano foram registrados 10 casos de suicídio entre os

Kaiowá e 67 desde 1987. (*Diário da Serra/Campo Grande*, 18 e 19/7/91)

Leia sobre as razões dos suicídios dos Kaiowá, do ponto de vista de antropólogos que conhecem e falam a língua dos Guarani, na revista Tempo e Presença do CEDI nº 258, no prelo.

Criada Associação Indígena do Balaio, no Rio Negro

Em assembléia realizada nos dias 16 a 18 de julho, na aldeia do Balaio, Km 100 da BR 307 que liga São Gabriel da Cachoeira a Cucuí, na fronteira com a Colômbia, foi criada a Ainbal — Associação Indígena do Balaio. A diretoria é composta por: Eugenio Vasconcelos Marinho, presidente; Armando Marinho Veloso, vice-presidente; Ladislau dos Santos Dutra, tesoureiro; Alvaro Fernandes Sampaio, secretário e seis conselheiros.

A Ainbal filiou-se à Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro — Foirn, somando-se a onze outras associações indígenas da região.

Os objetivos da Ainbal são: promover a cultura dos grupos indígenas que integram a Comunidade Indígena do Balaio; promover ações nas áreas de saúde, educação, auto-sustentação e promover ações que garantam o cumprimento dos direitos constitucionais assegurados aos índios. (*CEDI*, 6/8/91)

Possuelo preside Comissão para Estatuto do Índio

O ministro da Justiça, Jarbas Passarinho nomeou Sidney Possuelo, presidente da Funai, para compor e presidir uma Comissão Especial de elaboração do Estatuto do Índio que vai analisar as sugestões e críticas da proposta de Estatuto do Índio elaborada pela Comissão criada com o mesmo fim em fevereiro deste ano pelo presidente Collor que produziu uma minuta publicada no Diário Oficial em 12/6/91. Com isso a Funai ganhou através de articulação direta com o presidente Collor, a coordenação do processo e um novo prazo para conclusões, 30 de setembro. Até lá vai realizar consultas a diferentes setores indigenistas, da Igreja Católica e da comunidade antropológica. (*CEDI* e *NDI*, 6/8/91)

Leia e assine
Aconteceu

Congressos Estaduais da CUT agitam a vida da Central

Cecut São Paulo

Entre os dias 26 e 28 de julho, reuniram-se em Santos delegados ao 6º Cecut-SP para deliberarem, em nível estadual, orientações para a entidade nos próximos três anos, elegendo uma nova direção e a maior chapa estadual de delegados ao 4º Concut. Os 1.512 delegados presentes — dos quais 118 trabalhadores rurais — representavam 162 entidades sindicais, 21 oposições, cinco departamentos e duas federações. No início dos trabalhos, foi eleita como "tese guia" — texto que orienta as discussões — a Tese 13, da Articulação, que tem como eixos centrais combinar as lutas por categorias com mobilizações gerais; fixar parâmetros básicos para políticas de abrangência nacional; avançar na articulação com setores democráticos, fortalecendo a sociedade civil; intensificar o trabalho de base e consolidar a estrutura organizativa da CUT, priorizando a organização por local de trabalho; inserir-se política e organicamente no movimento sindical internacional; lutar pela democratização dos meios de comunicação.

A estratégia que a Tese 13 propõe é a participação do movimento sindical na construção coletiva de um bloco democrático que formule uma alternativa de desenvolvimento com distribuição de renda.

Na eleição da nova direção, a Chapa 1, da Articulação, apoiada pela Vertente Socialista e pela Unidade Sindical (ligada ao PCB), obteve 57,7% dos votos, percentual que define também seu peso na chapa dos delegados ao 4º Concut. A Chapa 2 — encabeçada pela CUT Pela Base e apoiada pela Convergência Socialista, Corrente Sindical Classista (ligada ao PC do B) e outros — ficou com 42,7%. Desse modo, a Chapa 1 conquistou seis cargos na direção executiva e 234 delegados ao 4º Concut, e a Chapa 2 ficou com cinco cargos na executiva e 188 delegados ao 4º Concut. (*Jornal da Cut-São Paulo*; *CEDI*, 5/8/91)

A importância de que se revestem os Congressos Estaduais da CUT (Cecut) se explica porque, além de definirem a composição política das novas direções das CUTs estaduais, eles são responsáveis pela escolha dos delegados ao 4º Congresso Nacional da CUT (4º Concut), que é a instância máxima de discussão e deliberação da Central em nível nacional. A Articulação Sindical — corrente majoritária — além da vitória em 20 dos 26 estados onde se realizaram congressos, somou importantes pontos ao ser maioria no Cecut-SP. Mas, por outro lado, ela se viu surpreendida no Rio de Janeiro com a vitória do "Blocão", uma composição de outras correntes cutistas.

No Rio a vitória é do "Blocão"

Antes da realização do Cecut-RJ, a expectativa de todos apontava para mais uma vitória da Articulação, que se aliara ao PCB e ao PDT. Mas o peso da delegação ligada ao PC do B, que pela primeira vez participou de um congresso da CUT com direito a voto (unida à Convergência, CUT Pela Base, Força Socialista e PLP), reverteu a correlação de forças em favor do "Blocão", também conhecido como "Antártica" (anti-Articulação).

Dos 484 delegados, 248 votaram com a Chapa 2 (Blocão) e 208 com a Chapa 1 (Articulação). A composição da direção da CUT-RJ se dará da seguinte forma: a Chapa 2 indicará 19 membros e a Chapa 1 17. Provavelmente, para o 4º Concut, a Chapa 2 indicará 63 delegados e a Chapa 1 53, sendo esta a quinta maior delegação.

Outros Estados — Em Minas Gerais, estado dono da quarta maior delegação ao 4º Concut, de 152 delegados, o Cecut foi marcado pela con-

fusão. Os resultados do congresso foram suspensos devido a suspeitas de fraudes. Sabe-se, no entanto, que 50 delegados foram impugnados em função de seus sindicatos não estarem quites em suas obrigações financeiras com a Central.

No Rio Grande do Sul, segunda maior delegação ao 4º Concut, uma aliança entre Articulação, Força Socialista, Nova Esquerda e CUT Pela Base conquistou maioria absoluta (70% dos votos), superando as chapas do PC do B (20%) e da Convergência (10%).

No Paraná, a CUT Pela Base correu em faixa própria, obtendo 39,6% dos votos dos delegados. As outras tendências se posicionaram em bloco, obtendo 60,4%, sendo encabeçadas pela Articulação.

Nos estados da Paraíba e de Santa Catarina também deu Articulação, que, através de alianças, obteve respectivamente 56% e 70% dos votos. (*Jornal da CUT*, nº 18; *Jornal do Brasil*, 30/7/91; *Correio Braziliense*, 30/7/91).

Assine o Agen Informa

E saiba o que acontece nas igrejas e no movimento popular. Sai duas vezes por semana. Receba também o *Agen Opinião* e o *Agen Síntese*.

Assinatura anual:

Individual: Cr\$ 3.500,00
Entidades: Cr\$ 5.000,00
Apoio: Cr\$ 8.000,00

Agen

Av. Ipiranga, 1267 8º andar — 01039 - S. Paulo - SP
Fone: (011) 229-6734 • Fax: (011) 229-6806

Por onde a CUT discute

O 6º Cecut-SP trouxe à tona uma série de desafios a serem enfrentados pela Central em nível nacional no 4º Concut. As teses apresentadas até agora têm revelado diferentes concepções em torno de importantes questões que afetam o futuro imediato da entidade.

Pluralismo, unidade e democracia — Diversas correntes sindicais convivem no interior da CUT. Esta pluralidade de concepções políticas se, por um lado, enriquece o debate e as práticas da Central, por outro, tem provocado um desgastante "processo autofágico".

A dificuldade de atingir a unidade na diversidade se traduz num fracionamento das tendências internas que, por vezes, impede a unidade política nas ações da CUT.

As intervenções dos delegados no 6º Cecut-SP apontaram para a necessidade das tendências aprofundarem o debate, demarcando os pontos de unidade no sentido de elaborar uma política unitária em defesa dos interesses dos trabalhadores.

Também se destaca a urgência de se aprimorar as formas de relação orgânica entre direção e base, buscando ampliar os canais para permitir o fluxo dos debates internos à CUT. Enfatizou-se a necessidade de ampliar as relações democráticas nos sindicatos a fim de atrair, cada vez mais, a participação das bases.

Sindicalismo internacional — Questão polêmica no interior da CUT é o aprofundamento das relações políticas e orgânicas com o sindicalismo internacional ao ponto de filiá-la a uma central sindical mundial.

O cenário mundial está marcado por mudanças políticas, sociais e econômicas que repercutem sobre o conjunto dos trabalhadores e que exigem respostas do movimento sindical em nível internacional.

O avanço do neoliberalismo, a crise do Leste europeu e a formação de macromercados supranacionais

configuram um novo panorama geopolítico.

No Terceiro Mundo, as novas tecnologias, além de se associar a um quadro de desemprego estrutural, têm introduzido profundas mudanças na gestão e organização do processo produtivo, modificando o perfil da força de trabalho e restringindo as conquistas sociais.

A política de relações internacionais da CUT sempre se pautou pela independência diante das organizações sindicais mundiais e nacionais. A respeito disso, há basicamente duas posições. Uma delas, veiculada pelas correntes minoritárias dentro da Central, defende a manutenção dessa política, argumentando que a CUT não se identifica com nenhuma central sindical mundial e que deve priorizar suas relações com o movimento sindical latino-americano, propondo a criação de um fórum de centrais sindicais e um plano de lutas regional.

Apesar de também afirmar a América Latina como área de atuação prioritária, a outra concepção, defendida pela Articulação, sustenta que a CUT deve — sem ferir seus princípios — abrir um processo de discussão para deliberar sua inserção política e orgânica no movimento sindical mundial, buscando preencher espaços e disputar sua hegemonia sob pena de isolar-se internacionalmente e deixar livre um terreno que certamente será aproveitado por seus adversários.

Senta ou não senta? — O fato da CUT ter comparecido à mesa de negociações junto ao governo Collor é outro ponto polêmico dentro da Central, e tem tornado públicas as diferenciações acerca de sua concepção e prática sindical.

O setor majoritário se definiu pela participação da CUT no "entendimento nacional", alegando que não contrariava as resoluções tiradas no seu último congresso nacional. Outros setores recusavam a participação e apostavam na estratégia do confron-

to através da greve geral, argumentando que o setor majoritário estava proporcionando a capitulação da Central diante do governo.

Este debate volta à carga nas teses ao 4º Concut. Na realidade ele reflete a polêmica sobre a questão da institucionalização do sindicalismo. Se há aqueles que entendem a institucionalidade como um espaço de disputa entre Estado, partidos políticos, trabalhadores e empresários, há também os que — ao contrário — afirmam a participação institucional como uma ação de legitimação das práticas de dominação.

Mas é aí que objetiva uma questão fundamental. Em função de sua própria história, os sindicatos são instrumentos tanto de organização política dos trabalhadores quanto de negociação e contratação entre capital e trabalho. E isto, em algum momento, implica em atuar institucionalmente.

Através da negociação, que visa a defesa e a conquista de direitos, a CUT não só projeta sua predominância no cenário sindical através do reforço de sua representatividade e de sua estrutura de organização. Ela também quer deixar de ser uma referência nacional para ser a direção política da classe trabalhadora. E, além disso, busca dar respostas aos desafios colocados pela conjuntura econômica.

É uma estratégia que objetiva associar o papel de negociação dos sindicatos a um projeto mais amplo para a sociedade, que quer fazer da CUT um ator decisivo e participante de questões como modelo econômico e política salarial, alargando o campo das reivindicações para além de salários e emprego.

São desafios que se entrelaçam: unir o imediato ao estratégico, romper o isolamento ao articular as lutas, construir uma nova concepção e prática sindical a partir da realidade existente. São desafios que se completam na construção de um sindicalismo que se pretende autônomo, democrático e de massas. (Antonio Negro, Luiz Bongiovanni/CEDI, 7/8/91)

Governo lança projeto de teleducção

O presidente Fernando Collor e o ministro da Educação, Carlos Chiarelli, lançaram em 1 de agosto, no Palácio do Planalto, um projeto-piloto de teleducção. O projeto visa treinar e reciclar professores de 1ª à 4ª série do 1º grau, leigos e graduados, por meio de um programa de TV produzido pela Fundação Roquete Pinto e transmitido via satélite. O *Jornal da Educação* será levado aos Centros Integrados de Atendimento à Criança

(Ciacs) e aos Centros de Educação Ambiental.

Segundo o ministro, estão sendo investidos Cr\$ 1,54 bilhão no projeto, que prevê o treinamento inicial de 600 professores em seis estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio Grande do Norte. O programa será transmitido de segunda a sexta-feira, a partir das 19h30, com duração de 20 minutos. (*O Estado de S. Paulo*, 2/8/91)

MEC dá Cr\$ 500 milhões à CGT

O ministro da Educação, Carlos Chiarelli, assinou no dia 3 de agosto, com a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), um convênio do programa de Alfabetização e Cidadania, com repasse de Cr\$ 500 milhões para a alfabetização em locais de trabalho ou sindicatos.

Na sede do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil (Porto Alegre, RS), o ministro afirmou que a central não está abrindo mão de seus direitos e de sua autonomia ao aceitar a cooperação técnica com o governo. "Ninguém está dando

um cheque em branco à CGT, que demonstra estar adulta e madura para isso, não tendo uma postura raivosa. Queremos falar com todos, mas principalmente com aqueles que quiserem nos ouvir", disse o ministro, Carlos Chiarelli.

O presidente nacional da CGT, Francisco Canindé Pegado, que assinou o convênio, disse que a central não tem preocupação de apoiar o governo neste programa e que a verba beneficiará de 30% a 40% dos 15 milhões de trabalhadores dos sindicatos filiados à CGT. (*O Globo*, 4/8/91)

Cr\$ 5 bilhões em bolsas para formar professores

O presidente Fernando Collor e o ministro da Educação, Carlos Chiarelli, lançaram em 25 de julho, no Palácio do Planalto, um programa de bolsas de estudo para os alunos de Centros de Aperfeiçoamento do Magistério (Cefams). Elas serão concedidas a 50 mil alunos que pretendem ser professores de 1º grau. O valor das bolsas varia entre 70% do salário mínimo para os alunos que se preparam para dar aulas na 1ª série e 85% para os futuros professores de 4ª série. Segundo o Ministério da Educação, as bolsas implicam investimento de Cr\$ 5 bilhões.

Para ter acesso a uma bolsa, o aluno não pode exercer qualquer outra função remunerada, além de ter que comprovar que é carente e apresentar bom desempenho nos estudos. O ministro Chiarelli acredita que as bolsas têm valor suficiente para permitir que os futuros professores se dediquem integralmente aos estudos. Além disso, Chiarelli acha que elas deverão pressionar para cima os salários dos professores em atividade. "As bolsas oferecidas pelo MEC vão dar aos alunos do magistério uma remuneração superior à que pagam atualmente algumas prefeituras e governos estaduais aos professores já formados. Por isso acreditamos que as bolsas vão acabar levando a uma melhoria salarial", disse. (*O Globo*, 26/7/91)

Verbas e prestação de contas

Não apresentam coerência os critérios do governo federal para a concessão ou transferência de recursos financeiros na área educacional. Em meados de julho, Sônia Kruppa, chefe de gabinete da Secretaria de Educação do município de São Paulo, denunciava a insignificância das verbas destinadas a projetos de alfabetização dos cerca de 500 municípios do estado (Cr\$ 44 milhões), enquanto a Força Sindical foi brindada com um montante onze vezes superior. Quantidade idêntica é agora oferecida à CGT.

A secretária da Educação do estado do Rio de Janeiro, Maria Yedda Linhares, está desafiando sua antecessora, Fátima Cunha, a prestar contas de um convênio de Cr\$ 220 milhões, firmado com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Segundo O Globo (25/7/91), o estado não receberá recursos do MEC enquanto não prestar contas. Sem isso, "nem Deus leva dinheiro", teria dito o ministro Chiarelli. Mas, há meses, o

ministro vem liberando pessoalmente verbas para aquele estado, o que indica maior respeito a alianças políticas que a normas que devem valer até para Deus.

É verdade que o MEC iniciou uma sistemática de fiscalização de estados e municípios por sorteio. Aqueles que não estiverem utilizando os recursos conforme a lei, não os receberão mais. Pela Constituição, eles devem gastar no mínimo 25% de suas receitas de impostos com educação. Mas a própria União descumpra a Constituição. Ela deveria, por exemplo, utilizar em educação pelo menos 18% de sua receita obtida com impostos e, deste total, metade na universalização do ensino básico e no combate ao analfabetismo, 9% portanto. Mas para esses fins, o orçamento federal destinou apenas 2%, havendo já proposta de ação judicial contra a União, por inconstitucionalidade. Quanto à distribuição de recursos em educação, a União é uma casa de ferreiro onde o espeto é de pau. (CEDI, 5/8/91)

Estados e municípios poderão gerir Ciacs

O governo federal vai fazer contratos com estados e municípios para gerir o funcionamento dos Centros Integrados de Atendimento à Criança (Ciacs) no país. O objetivo é garantir a contrapartida financeira dos estados e municípios na manutenção dos Ciacs e preservar a imagem do Projeto Minha Gente.

O governo planeja construir cinco mil Ciacs no país nos próximos

três anos e meio. O projeto inicial foi entregue em 31 de agosto ao presidente Collor, com as propostas estudadas por uma comissão de técnicos da Educação, Saúde e Ação Social.

Collor disse que os Ciacs são uma "causa" do seu governo. Ele aprovou o conteúdo programático do projeto apresentado. Os ministérios da Educação, Saúde e Ação Social avaliarão anualmente os resulta-

dos de cada Ciac. A liberação de novos recursos federais dependerá dessa avaliação e o não cumprimento dos resultados causará a substituição do responsável pelo Ciac. Os critérios de avaliação serão o rendimento escolar dos alunos, redução da mortalidade infantil, da taxa de incidência de doenças e desnutrição. (Heloísa Neves/Folha de S.Paulo, 1/8/91)

Nova LDB descentralizará gestão

ADIRP

"A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que regulamenta a Constituição federal, permitirá a descentralização e a desburocratização real da gestão dos recursos destinados à escola pública no Brasil". A avaliação é do deputado Florestan Fernandes (PT-SP), especialista no assunto e um dos parlamentares mais envolvidos na elaboração da lei, que tramita na Câmara em regime de urgência e deverá ser apreciada em plenário até setembro.



Florestan Fernandes na tribuna do plenário da Câmara dos Deputados

O Conselho Federal de Educação será substituído pelo Conselho Nacional de Educação, no qual aumentará a participação da sociedade civil e terá atuação mais eficiente, segundo o deputado. Outra inovação é a criação do Fórum Nacional de Educação que, a cada dois anos, traçará as linhas básicas dos programas de educação, a título de sugestão ao governo. E a sala de aula será concebida como o núcleo do sistema educacional. (Liliana Lavoratti/Gazeta Mercantil/SP, 30/7/91)

Professores de MG encerram greve de 86 dias

Os professores da rede estadual de Minas Gerais retornaram ao trabalho em 1 de agosto, depois de 86 dias de greve. O governo não definiu uma política salarial para a categoria, restringindo-se à elevação do piso de Cr\$ 29,6 mil para Cr\$ 55 mil, mais 20% de regência de classe, reajuste que só vai vigorar a partir de setembro.

Os professores reivindicavam a adoção de piso salarial de acordo com o Dieese, de Cr\$ 128 mil. Segundo o diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (SindUTE), Luiz Fernando Carceroni, o melhor resultado do movimento foi o compromisso do governo de repassar diretamente às escolas as verbas para educação enviadas pela União. (Elisabeth Rosa/Gazeta Mercantil/SP, 1/8/91)

Ameaça de demissões suspende greve na BA

Depois de terem seus salários descontados em 30% neste mês, os professores da rede estadual baiana suspenderam a greve que sustentavam há trinta dias. O "recuo tático", segundo líderes do movimento, deveu-se ao temor de que o governo cumprisse as ameaças de demitir os grevistas por justa causa, caso superassem 30 dias de paralisação.

O índice médio de reajuste concedido à categoria foi de 72%. Pela nova tabela, um professor com licenciatura receberá Cr\$ 43,1 mil e um com licenciatura plena, Cr\$ 47,9 mil.

São 78 mil professores da rede estadual, que consideram esses valores irrisórios e já marcaram nova assembleia para organizar a volta da paralisação. (Gazeta Mercantil/SP, 2 e 6/8/91)

Justiça pára privatização em MT

O prefeito de Cuiabá (MT), Frederico Campos (PFL), está impedido pela Justiça de dar continuidade à concorrência que iria entregar à iniciativa privada a administração de quatro escolas recém-construídas com recursos públicos. O juiz da Fazenda Pública, Mariano Alonso Travassos, concedeu liminar contra a licitação. Seis empresas se inscreveram. Campos disse que vai recorrer da decisão. "A prefeitura não tem recursos e, por isso tentava repassar a tarefa para a iniciativa privada". (O Estado de S.Paulo, 1/8/91)

Leia e assine
Aconteceu

Primeiro acordo entre governo e guerrilha na Guatemala

O governo e a guerrilha da Guatemala assinaram, afinal, um acordo, depois de 30 anos de confrontos. É um acordo preliminar, estabelecendo que a partir de agora as negociações, realizadas no México, procurarão alcançar a paz "por meios políticos". Há promessa mútua de sepultamento da idéia de "soluções militares" para os conflitos no mais importante país centro-americano — separado dos Estados Unidos apenas pelo México.

Tendo em vista a história da Guatemala, soam falsos muitos dos compromissos assumidos, como os de "funcionamento efetivo de um Estado de direito", eliminação de golpes, subordinação dos militares ao poder civil e respeito "irrestrito"

aos direitos humanos. Mas a simples aceitação de uma série de compromissos, já representa muito. Até agora, só houve tiroteios, com enorme sacrifício de vidas humanas. Os "desaparecidos" na Guatemala atingem um número superior a cem mil.

O presidente guatemalteco Jorge Serrano, que assumiu no início do ano, logo se dispôs a chegar a um "total acordo de paz, com justiça e respeito às leis". Mas o presidente não fazia propostas concretas. "Paz total" foi um dos muitos slogans usados por Serrano na campanha eleitoral. A guerrilha, de seu lado, exigia a presença na mesa de negociações dos militares, os verdadeiros donos do poder no país. Embora o ministro

da Defesa, general Enrique Mendonza, promettesse apoio a "qualquer iniciativa do poder político em benefício da paz", ainda não há nenhuma segurança de que os militares guatemaltecos aceitarão fazer acordos com a guerrilha.

Se o acordo assinado no México vale alguma coisa, as negociações vão continuar e se aprofundar. Mas os obstáculos à paz ainda são muitos e grandes. O próprio governo admite que é impossível controlar a ação dos esquadrões da morte, cada vez mais ativos. Nos quatro primeiros meses do ano, os assassinatos políticos na Guatemala somaram 284 e os "desaparecimentos" chegaram a um total de 25. (Newton Carlos/Folha de S. Paulo, 1/8/91)

Cartel de Cali controla agora narcotráfico colombiano

A cocaína colombiana tem novos senhores. Ao contrário dos espalhafatosos barões do Cartel de Medellín, os *caleños*, como são chamados os traficantes do Cartel de Cali, agem em silêncio. Se possível, preferem não sujar as mãos de sangue. Sempre acreditaram que um bom suborno ou a pressão certa dão melhores resultados. O tempo mostrou que estavam certos. Enquanto os "violentos" de Medellín estão quase todos atrás das grades, entre eles o próprio chefe do cartel, Pablo Escobar, os "negociadores" de Cali continuam sol-

tos, dominando indiscutivelmente o tráfico da droga.

Chefiado pelos irmãos Gilberto e Miguel Angel Rodriguez Orejuela, o Cartel de Cali responde hoje por 70% da cocaína que entra nos Estados Unidos e 90% da vendida na Europa. "É a mais poderosa organização de traficantes de droga da atualidade e talvez da história", afirma Robert Bonner, administrador da Drug Enforcement Agency — DEA, o departamento americano de combate ao tráfico. Nos últimos dois anos, com sua estratégia de bastidores, os

caleños elevaram de 30% para 60% sua fatia na exportação anual colombiana de cocaína, avaliada em US\$ 5 bilhões. Nesse mesmo período, os traficantes de Medellín caíram de uma faixa de 70% para os 40% de hoje. "Em Medellín, os traficantes brigam com o Estado, enquanto em Cali há um processo de acomodação", explica o sociólogo colombiano Álvaro Guzmán. "Se for preciso os de Cali também matam, mas preferem usar um advogado", completa o chefe da DEA em Nova York, Robert Bryden. (O Estado de S. Paulo, 25/7/91)

Aconteceu

CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Santo Amaro, 129 — 22211 — Rio de Janeiro — RJ
Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR - 52-655/87



UP-CT PRINCIPAL